

**ÁREA 5 - ECONOMIA POLÍTICA, METODOLOGIA E HISTÓRIA ECONÔMICA
DO NORDESTE**

**DESENVOLVIMENTO COMO UMA LUTA DE PODER: A RETOMADA DA
DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E SEUS CONDICIONANTES DE
ORDEM POLÍTICA**

**Herberth Lima dos Santos¹ (IE/UFRJ)
André Luís Cabral de Lourenço² (UFRN)**

1. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2007), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012) e doutorando em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012-2014). Endereço Postal: Rua Eleone de Almeida, 30, Apart 101, Catumbi, Rio de Janeiro, RJ, CEP 2025147. Endereço eletrônico: herberthlima@gmail.com. Telefone: (21)22934944; (21)98180195.
2. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (1993), mestrado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (1999) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004). Professor associado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço Postal: CCSA/Departamento de Economia, Avenida Sen. Salgado Filho, 3000, Lagoa Nova, Natal/RN, Brasil, CEP 59072970. Endereço eletrônico: andre.lclourenco@gmail.com. Telefone: (84)32153509.

ÁREA 5 - ECONOMIA POLÍTICA, METODOLOGIA E HISTÓRIA ECONÔMICA DO NORDESTE

DESENVOLVIMENTO COMO UMA LUTA DE PODER: A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E SEUS CONDICIONANTES DE ORDEM POLÍTICA

Resumo

Este artigo propõe que a retomada da discussão sobre desenvolvimento precisa incorporar às questões de caráter puramente econômico, suas articulações com os componentes políticos. A hipótese apontada é que a capacidade de levar adiante políticas de desenvolvimento depende da articulação de forças internas e externas. De um lado, observa-se que os territórios nacionais, embora politicamente independentes, estão inseridos em uma ordem geopolítica na qual a disputa pelo poder tem um caráter desigual e desigualador. Ao mesmo tempo, a interpretação do desenvolvimento como um processo conflituoso de transformação estrutural ao provocar cisões, fusões ou alterações deve implicar em desestabilização dos interesses das forças internas de poder. Desse modo, será possível concluir que os territórios estão submetidos a condicionantes políticos de natureza externa e interna, determinantes de sua política econômica e trajetória de desenvolvimento.

Palavras chaves: desenvolvimento econômico; economia política; hegemonia.

Classificação JEL: F02, F59, O10

Abstract

This article proposes that the resumption of the debate on development must incorporate the issues of a purely economic nature, their links to political components. The hypothesis indicated is that the ability to take forward development policies depends on the coordination of internal and external forces. One side, it is observed that countries, though politically independent are inserted into a geopolitical order in which the struggle for power have unequal character. At the same time, the interpretation of development as a conflictual process of structural transformation by causing divisions, mergers or changes should result in destabilization of the interests of the internal forces of power. Thus it will be possible conclude that the territories are subject to political constraints of external and internal nature, determinants of its economic policy and development trajectory.

Keywords: economic development; political economic; hegemony.

JEL classification: F02, F59, O10

DESENVOLVIMENTO COMO UMA LUTA DE PODER: A DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO E SEUS CONDICIONANTES DE ORDEM POLÍTICA

1. Introdução

A dinâmica da economia brasileira nos anos 2000 sugeria uma inflexão na trajetória experimentada pelo país desde a década de 1980. Os resultados alcançados mostravam uma combinação incomum de maior crescimento econômico, redução na desigualdade de renda, contenção inflacionária, queda na taxa de desemprego com aumento dos salários reais, tudo isso associado com uma melhoria das contas externas do paísⁱ.

A aceleração do crescimento, notadamente a partir da segunda metade dos anos 2000, permitiu a elaboração de análises otimistas sobre o futuro do país. Barbosa e Souza (2010), por exemplo, atestavam que inaugurava-se uma nova etapa do desenvolvimento econômico e social do país, cujo marco principal seria a recuperação da atuação do Estado como indutor do desenvolvimento e do projeto de longo prazo. Serrano e Summa (2011, p.2), por sua vez, apontariam que as melhorias obtidas foram provenientes de “condições externas com as quais a economia brasileira se defrontava (desde 2003) e pequenas mudanças na orientação da política econômica doméstica (desde 2005)”.

No entanto, desde o início da década atual parte dessa conjuntura se perdera. Notadamente, o processo expansivo da economia se contraiu. O corrente ano deve ser marcado por forte recessão, aumento da taxa de desemprego, contração do investimento e do consumoⁱⁱ. A dinâmica atual, por sua vez, tende a esgotar um debate incipiente e fortemente necessário acerca do seu processo de desenvolvimento do país.

O tema, que não é novo, esteve eclipsado nos anos 1980 por “urgências macroeconômicas” de curto prazo e, na década seguinte, pelo pressuposto de que reformas liberalizantes abririam o caminho para o aumento do bem-estar social. Não por acaso, houve quem afirmasse que à medida que os fundamentos fiscais e monetários fossem se consolidando, a agenda da estabilização iria se confundir com a agenda do desenvolvimento (FRANCO, 1998). Tratava-se de um posicionamento que assumia um perfil otimista quanto aos resultados que poderiam ser conquistados através das políticas “neoliberais”, consubstanciadas no “Consenso de Washington”. A promessa unia estabilidade e crescimento.

De todo modo, o êxito no combate à inflação, ao longo da segunda metade dos anos 1990, abriu espaço para outras temáticas no debate acadêmico. Essa constatação é dada por Paiva (2008, p.4) ao observar que após o Plano Real “a agenda econômica brasileira mudou. A discussão não se concentra mais nas estratégias para derrotar a superinflação”. Ressaltava-se ali que “a pauta do crescimento e do desenvolvimento de longo prazo” ganhava espaço. No mesmo sentido, Pochmann (2009) apontava que a combinação entre inflação controlada e semiestagnação da renda era ilustrativa da urgência de debater o futuro do país.

A superação dessas duas barreiras nos legou a necessidade de retomar a questão das políticas econômicas de longo alcance. Sob nosso ponto de vista, o fato é que mesmo considerando que a solução dos problemas macroeconômicos de curto prazo que se apresentam na atual conjuntura econômica do país, o desenvolvimento ainda há que permanecer como temática relevante, dando-se continuidade às discussões de propostas diversas. A partir dessa constatação procuraremos reafirmar que se o desenvolvimento pode ser observado a partir de questões como produtividade; transformação da estrutura produtiva; mudanças nos padrões de bem-estar social; entre outros, trata-se, em essência, de um debate

ⁱ Para uma análise mais detalhada do período, ver Bielschowsky (2014) e Serrano e Summa (2011).

ⁱⁱ Os primeiros anos da década atual são analisados por Bhering, Carvalho e Pimentel (2015) e Serrano e Summa (2015).

sobre as metas de longo prazo, sobre os rumos de uma sociedade e suas escolhas políticas. Em consonância com o velho desenvolvimentismo, resgatamos a relevância do Estado na orientação do modelo de desenvolvimento a ser escolhido.

Nesse sentido compreendemos que a capacidade de atuação dos Estados envolve um processo elástico que pode se ampliar ou diminuir ao longo do tempo; e que, por isso, se torna mais importante compreender quais as forças que determinam esses movimentos (WALLERSTEIN, 1995; ARRIGHI, 1997; FIORI, 1999). Trata-se, no fundo, de uma discussão sobre o maior ou menor raio de manobra que os países dispõem quanto à formulação de estratégias que lhes permita superar o atraso econômico, mas cuja dinâmica está atrelada a condicionantes internos e externos. A hipótese desenvolvida neste artigo é que a capacidade de levar adiante políticas de desenvolvimento depende da articulação de forças internas e externas.

No debate teórico, tal postura dispõe a perspectiva aqui adotada ao lado dos que não atribuem ao processo de desenvolvimento qualquer caráter automático ou natural. Pelo contrário, de saída se coloca tal processo como problemático, dependente de fatores frequentemente fora do controle dos atores sociais domésticos envolvidos, e que envolve tal grau de dificuldade que raramente obtém pleno sucesso (ARRIGHI, 1996).

A partir dessas observações iniciais, o artigo está estruturado conforme o seguinte esquema. A próxima seção discute a definição de desenvolvimento incorporada no trabalho. Sem prejuízo das questões de caráter técnico, ele é interpretado como um processo conflituoso de transformação estrutural; conflito esse que se manifesta tendo em vista as mudanças estruturais que ele enseja e que acabam por alterar seu perfil produtivo e distributivo. Desse modo, o desenvolvimento tende a provocar cisões, fusões ou alterações entre os diversos blocos de interesses, envolve, enfim, uma relação de poder.

Na seção 3, a ênfase recai sobre o fato de que embora os territórios nacionais possam ser politicamente independentes, estão inseridos em uma ordem geopolítica na qual a disputa pelo poder tem um caráter desigual e desigualador. Portanto, os países estão submetidos a uma competição interestatal dentro de um sistema hierárquico, em que a atuação dos países centrais, suas decisões e conflitos, determinam em larga escala a dinâmica da economia mundial e, portanto, a abertura ou fechamento de “janelas de oportunidade” para as suas regiões periféricas.

A seção 4, por outro lado, observa que internamente o desenvolvimento também implica desestabilização de interesses (BRANDÃO, 2007a). Nossa suposição é que a oportunidade criada pelo raio de manobra inicial dado por aquele condicionante externo depende da visão interna hegemônica a respeito da trajetória de desenvolvimento a ser seguida pelo país (JESSOP, 2002). Nesse caso ganha importância o conflito entre ruptura e permanência no campo ideológico, pois determinante do tipo de política econômica mais próxima do curso que se queira seguir. Em seguida, são apresentadas nossas considerações finais.

2. Por uma definição de desenvolvimento

No estrito campo da ciência econômica, as questões referentes ao desenvolvimento estão presentes desde seus primórdios, em que pese não haver uma sistematização específica dessa área na teoria econômica clássica. Mesmo no pensamento econômico pré-clássico, como no caso dos mercantilistas, é possível encontrar a preocupação de *policy markers* com os problemas relativos ao atraso econômico dos países.

Apesar disso, somente em meados do século XX se constitui um corpo teórico específico denominado “teoria do desenvolvimento”, que ocupa-se de maneira mais concentrada nos seus determinantes econômicos, políticos e sociais. Bastos e Britto (2010) argumentam que tal emergência decorre de condicionantes históricos que engendram não apenas o aparecimento, mas a forma que essa teoria viria a assumir. Entre esses acontecimentos, destacam: mudança na hierarquia mundial nas primeiras décadas do século XX; consolidação nos países desenvolvidos de uma rede de seguridade social; descolonização da África e da Ásia, entre outros. De modo geral, o que é possível observar é que a economia mundial que se erguera sob a égide da hegemonia liberal sucumbira, abrindo a possibilidade para construção de um novo marco teórico, no qual haverá espaço para expressões tais como: planejamento, protecionismo comercial, políticas industrializantes, etc.

Essa emergência não teria como significado que seus autores concordassem quanto às concepções sobre quais as melhores políticas para que os países não desenvolvidos pudessem lograr um esforço exitoso na “escada do desenvolvimento”. Mas, em um ponto, seria necessário que houvesse alguma convergência: a própria definição de desenvolvimento. Assim é que numa linguagem estritamente econômica, compartilhada por grupos de pesquisa distintos, seria correspondente a um processo de acumulação de capital relacionado com o progresso técnico que se expressaria na elevação da produtividade do trabalho e aumento do bem-estar material da população (RODRIGUEZ, 2009).

Mas isso não encerra o tema. Interpretar o desenvolvimento nesses termos obscurece como se dá o processo de acumulação e apropriação do excedente através desse aumento da produtividade. O desenvolvimento, inquestionavelmente, ultrapassa a análise econômica convencional, posto que envolve elementos de natureza institucional e política. Não há equação que desmintam tal fato. Por isso, recorre-se diretamente às contribuições de Celso Furtado, em que pese, não haver aqui, qualquer tentativa de sistematizar essas ideias, que, ademais, estão distribuídas em diversas obras. Na verdade, esse referencial é resultado da interpretação de que Furtado foi eminentemente um teórico do desenvolvimento. E como tal, rejeitaria qualquer visão mais estreita sobre o caráter da atividade econômica. Por visão estreita, leia-se, oferecer ao campo de estudo da economia tratamentos meramente economicistas. É esse o aspecto fundamental da visão de desenvolvimento a ser explorada neste trabalho, ou seja, a busca na obra “furtadiana” das raízes históricas das questões econômicas sem prejuízo ao rigor analítico. Empreendemos um esforço no sentido de aceitar a técnica, mas compreendendo-a em um contexto no qual os valores são socialmente construídos.

Furtado (1980) também corrobora com a afirmação de que o desenvolvimento refere-se a uma maior eficiência produtiva, decorrente do processo de acumulação e progresso das técnicas, que impulsiona a produtividade da mão de obra e cujo resultado para a sociedade será uma maior disponibilidade de bens e serviços, o que por sua vez, corresponderia a um aumento da satisfação das necessidades humanas. Portanto, desprovido de maiores complexidades, o conceito de desenvolvimento econômico corresponderia a um aumento do estoque de capital físico manipulado pelo estoque de capital humano elevando o nível de produção do trabalho gerando mais riqueza para a sociedade. Naturalmente para Celso Furtado, a questão não se encerra assim em termos tão singelos.

Ao abordar os elementos de uma teoria do desenvolvimento econômico, Furtado (2008) aponta para o conceito de economia nacional, que englobaria um “sistema político” e um “sistema econômico”, o primeiro referente aos centros de decisão política, o segundo, ao conjunto de atividades econômicas (produção, consumo, acumulação, etc). O autor chama a atenção que o comportamento dos agentes que participam do sistema econômico traduz características da matriz estrutural em que estão inseridos, tais como o regime de propriedade, o controle da riqueza, dos fluxos financeiros e da informação etc. Apesar disso, esses

elementos são considerados dados ou isolados na tradição econômica liberal, o que elimina as relações de forças entre classes e grupos sociais. No entanto, são exatamente essas relações de conflito que determinam a própria conformação do direito de propriedade, do controle sobre os fluxos financeiros etc. Portanto, as decisões econômicas não estão isoladas do uso das formas de poder: “o estudo da economia tem suas raízes no conhecimento das estruturas sociais e na forma como nessas estruturas se geram as relações de poder” (FURTADO, 2008, p. 33).

Desse modo, a ideia desenvolvimento corresponde a um processo conflituoso de mudança estrutural, que se manifesta internamente, no campo econômico, com alterações sobre o perfil produtivo e distributivo da economia, mas cuja influência se dá num processo global, alterando estruturas políticas e sociais nas sociedades em que esse movimento ocorre.

Com efeito: ele [o desenvolvimento] se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa. Essa complexidade estrutural não é questão de nível tecnológico. Na verdade, ela traduz a diversidade das formas sociais e econômicas engendrada pela divisão do trabalho social. Porque deve satisfazer às múltiplas necessidades de uma coletividade é que o conjunto econômico nacional apresenta sua grande complexidade de estrutura. Esta sofre a ação permanente de uma multiplicidade de fatores sociais e institucionais que escapam à análise econômica corrente (FURTADO, 1986, p. 90).

O desenvolvimento, portanto, só pode ser compreendido como um processo integral, “uma totalidade em movimento, a cujo movimento não é alheia a intencionalidade” (RODRIGUEZ, 2009, p. 626). E por ser intencional envolve conflitos, uma vez que, os agentes que o direcionam terão, na maioria das vezes, interesses divergentes no processo de mudança social e alteração política que essa visão capta nos processos de desenvolvimento.

Furtado (1980) desenvolve uma cadeia de raciocínio que permite visualizar como se dá esse processo conflituoso. Diz ele que quanto mais racional for o comportamento do homem, dados os meios de que dispõem, mais facilmente obterá os fins que deseja. Comportamento racional corresponderia a comportamento eficiente e essa eficiência significaria maior progresso técnico. Para ser mais eficiente, o homem desenvolve técnicas que ampliam sua capacidade de utilização dos instrumentos. Essas técnicas se transmitem mediante um processo de acumulação e estão incorporadas tanto no homem, quanto nos instrumentos. Portanto o desenvolvimento da capacidade do homem para produzir implica um esforço inventivo e a acumulação, que assume a forma de aperfeiçoamento tanto do homem, como do seu aparelhamento. Mas a capacidade de invenção do homem, fruto da criatividade, não pode ser limitada ao seu caráter meramente tecnicista.

O controle sobre o progresso técnico permite a direção do sistema de produção, que ao final, é o que permite a apropriação do excedente. No mais, a busca sobre o controle do excedente consiste, na realidade, um esforço de implantação de um sistema de dominação social que interessa ao agente controlador, cuja posição está fundada na sua capacidade de assegurar a estabilidade da estrutura social mediante sua influência não apenas sobre a direção da atividade econômica, mas que também se apresenta no campo político-social.

Para Furtado (1980), avanço do progresso técnico consiste, sobretudo, na difusão de uma forma de viver. Para isso desarticular-se-á qualquer sistema de valores preexistente conflitante com a introdução das novas técnicas. Finalmente, o desenvolvimento das forças produtivas diz respeito a um conjunto de modificações estruturais, que tem lugar em certo contexto social e são a resultante da interação de agentes dotados de intenções e de capacidade inovativa, que participam da apropriação do excedente. As complexas sociedades surgidas do desenvolvimento do capitalismo comportam uma multiplicidade de atores e agentes que em parte são o produto da história de cada uma delas e, em parte, o fruto da forma e grau de diversificação assumida pelos sistemas produtivos. Estes agentes empenham-se em

apropriar-se de parte do excedente social com vistas a ter acesso a posições de privilégio na estrutura de poder ou na escala de bem-estar.

O avanço técnico permite não apenas que mais facilmente se obtenha os fins, como também aumenta a produção destes. Mas o incremento da produtividade a partir da incorporação do excedente ao processo produtivo é condicionado pelo sistema de valores representado pela estratificação social.

A estrutura de estratificação é condicionante da base material do excedente porquanto determina o custo de reprodução de seu substrato humano; mas também, e, sobretudo, é condicionante das formas de apropriação e utilização desse excedente. Essas formas repercutem, positiva ou negativamente, sobre a própria produtividade do trabalho, retroagindo sobre as formas de estratificação social e orientando, enfim, o sentido da mudança social. O núcleo do problema reside, pois, nas estruturas de poder subjacentes a determinadas formas de estratificação social, que condicionam formas de produção, apropriação e utilização do excedente. Enfim, o processo econômico de reprodução do excedente explícita, em última instância, a dinâmica de reprodução da estrutura de dominação que lhe é subjacente (VIEIRA, 2007, p. 41).

Desse modo, a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não é alheia a sua estrutura social e qualquer que seja a política de desenvolvimento, ela estará impregnada de algum viés ideológico. A proposição de Furtado se dá no sentido de demonstrar que as mudanças que se verificam em uma sociedade, originárias do seu processo de acumulação, estarão sempre relacionadas com os condicionamentos relativos à estratificação social e os sistemas de dominação vigentes. Dessa forma,

[...] o processo de desenvolvimento não transborda, não espraia, não entorna, não derrama, (em um certo sentido, “não se difunde”) ele precisa ser arrancado, tensionado, tirado à força, destruindo privilégios e constituindo novas estruturas de poder (...). Desenvolvimento é tensão. É distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças que perenizam o subdesenvolvimento (BRANDÃO, 2007a, p. 38).

Estabelecer a partir do conceito de desenvolvimento a sua natureza conflituosa corresponde à primeira proposição geral deste trabalho. Mas, mais do que isso, interessa aqui apontar que esses conflitos se apresentam em duas dimensões, externa e interna e que terminam por funcionar como condicionantes que ora limitam, ora expandem o raio de manobra dos territórios atrasados.

É incontestável que esse movimento repercute, de forma decisiva, nos limites territoriais do país em consideração, o que aponta para a atuação de forças internas, remetendo a uma discussão em torno da composição local de interesses e sua dinâmica. Nesse caso ganha importância o conflito entre ruptura e permanência no campo ideológico, pois determinante do tipo de política econômica que irão definir o curso do país. Por outro lado, seu caráter totalizante diz respeito não apenas às estruturas internas e aos jogos de poder que se manifestam nesse espaço, mas inclui também componentes externos, tendo em vista que o progresso técnico, base do processo de acumulação e desenvolvimento, advém de agentes que escapam às determinações das estratégias internas. O que permite concluir que há também a operação de forças externas que atuam no sentido de ampliar ou reduzir as “janelas de oportunidade” que os territórios podem usufruir.

3. Condicionantes externos

O esforço aqui empreendido de recuperar condicionantes externos nas trajetórias de desenvolvimento se coloca como antagônico às propostas de endogeneização das estratégias de superação do atraso econômico. A principal insuficiência teórica desses grupos de pesquisa está na ausência de determinações estruturais como fator condicionante das políticas destinadas à superação do atraso e elevação do bem-estar econômico.

Há uma crença, que perpassa grande parte desses estudos de que os problemas decorrentes do subdesenvolvimento poderiam ser superados mediante o aproveitamento de vantagens relativas locais, que determinariam uma personalidade distintiva dos territórios, daí a afirmação de que “o local tudo pode”. Implícito nessa abordagem está a compreensão de que este empreendimento deve ocorrer com base em um empenho coletivo envolvendo a construção de uma “rede de compromisso” entre os agentes supondo, portanto, uma harmonia de interesses frontalmente contrária à existência de conflitos no sistema de poder derivados da estrutura social, que impõem posições de privilégio quanto aos aspectos econômicos, políticos e sociais. A estratificação social não se constitui em um elemento decisivo nessas propostas de desenvolvimento (BRANDÃO, 2007b).

Além de supor que os territórios individualmente reúnem todos os fatores necessários à promoção do desenvolvimento, também se ignora o caráter desigual das relações internacionais ao supor uma homogeneidade do ambiente externo para todas as economias. Dito de outra maneira, as determinações locais surgem dotadas de uma excepcional capacidade de superar constrangimentos cuja origem encontra-se em forças externas ao espaço local (MEDEIROS, 2001).

A questão central que nos interessa reflete-se no fato de que o processo de difusão do progresso técnico ocorre de maneira irregular sob o comando das economias que produzem as inovações. A evolução das economias não desenvolvidas está fortemente influenciada pelas modificações estruturais nas economias centrais. O sistema global no qual os países atuam é marcado pela existência de assimetrias. No mesmo sentido, Cepal (2002) *apud* Rodriguez (2009) concluirá que as economias nacionais estão inseridas num sistema que na sua essência caracteriza-se pelo seu desnivelamento, refletindo-se na concentração de capital e geração de tecnologia. Daí será um passo para concluir que a economia capitalista tende a concentrar renda em favor dos países que tem a capacidade de desenvolver novas tecnologias enquanto que os países atrasados estão limitados a adaptar-se nesse processo (FURTADO, 1980; 1992).

Esta seção busca examinar especificamente como os condicionantes de ordem externa se apresentam nas economias periféricas, a partir do processo de formação do sistema interestatal ou do modo como se organiza a disputa pelo poder entre os Estados Nacionais. Essa visão que incorpora as condições externas está explicitamente admitindo que das posições relativas dos países na ordem econômica internacional decorre sua capacidade de influenciar e ser influenciado, de impor ou apenas responder aos desafios que lhe são impostos. A suposição assumida é que a inserção geopolítica dos países consiste em um elemento determinante. Logo, a definição de políticas de desenvolvimento deve partir da observação de que o país está inserido num sistema de hierarquia dos Estados Nacionais, baseado na competição interestatal.

Medeiros e Serrano (1999, p. 120) ao constatarem a tendência de crescimento assimétrico entre os países observam que há uma polarização espacial que distribui desigualmente as oportunidades de aceleração do crescimento e que, portanto, se “(...) a diminuição significativa do atraso relativo dos países da periferia dependem de estratégias

internas (...) o resultado final de tais projetos está fortemente associado, em cada período histórico, às condições externas”.

Mas em que termos se dá essa rivalidade geopolítica mundial, que gera coalizões de poder e de onde se definem as estratégias de atuação dos Estados Nacionais? Fiori (2007, 2008) se propõe a discutir a formação do sistema interestatal a partir da tese da “explosão expansiva”, ilustrando que desde o “longo século XIII”, vigente entre 1150 e 1350, vem ocorrendo movimentos de expansão do “universo”, que consistem basicamente em um alargamento do sistema mundial que amplia suas fronteiras ao cooptar territórios até então excluídos. O que há de fundamental nesse processo é que seu impulso inicial é originado exatamente da pressão competitiva entre os Estados na luta pelo poder global, a fim de evitar perder e/ou ampliar posições de preeminência no sistema em que estão inseridos, criando um constante movimento de ordem e desordem, paz e guerra, expansão e crise econômica.

Portanto, desse processo conflituoso e competitivo é que são geradas posições de liderança e hegemonia, mas que são transitórias porque submetidas permanentemente à competição com os demais estados e economias nacionais. Ainda assim, considerando as dificuldades para acumulação dos recursos de poder necessários, ainda que alguns países tenham mudado de posição hierárquica, o pequeno núcleo das grandes potências tende a manter sua centralidade, de onde resultam decisões e conflitos que determinam a dinâmica do sistema, incluindo as “janelas de oportunidade” abertas para os estados periféricos.

Essa ampliação das possibilidades de crescimento dos países “dominados” emerge da orientação geopolítica dos países centrais dentro do sistema interestatal, em função das rivalidades existentes entre estes, mas também do *modus operandi* do regime monetário internacional, porque permite ao país emissor da moeda de reserva mundial maior possibilidade de controle sobre o financiamento e expansão dos mercados (MEDEIROS e SERRANO, 1999). A partir dessa interpretação, os autores tipificam os processos de desenvolvimento em função do regime monetário internacional vigente em cada época, demonstrando uma inequívoca arquitetura montada a partir do centro que permite que alguns países superem sua condição de atraso. Por exemplo, no período compreendido entre 1889 até 1914, na vigência do padrão ouro-libra, conformam-se dois distintos processos de desenvolvimento, um impulsionado pelas exportações de alimentos e matérias-primas (Austrália, Canadá e Dinamarca) e outro alavancado pela indústria (Estados Unidos e Alemanha).

As nações agrupadas do primeiro grupo, que emergiram a partir do modelo agroexportador, se beneficiaram da complementaridade entre a produção de suas economias com a demanda oriunda das economias centrais. No entanto, essa condição particular só lhes era favorável nos períodos expansionistas da economia mundial. Portanto, essa relação entre a oferta de bens das economias periféricas e a demanda a partir do centro pode ser compreendida como condição necessária, mas não suficiente, dados os movimentos cíclicos das economias capitalistas. Será necessário que esses países consigam se integrar financeiramente, garantindo os investimentos diretos e os empréstimos que permitirão aos países centrais obter controle sobre as fontes de alimentos e matérias-primas e aos países da periferia garantir “a construção da infraestrutura exportadora e a obtenção de equilíbrio no balanço de pagamentos” (MEDEIROS e SERRANO, 1999, p. 127).

Era preciso que os recursos externos fossem de magnitude suficiente para a obtenção dos saldos comerciais positivos verificados nos períodos de expansão, mas que essa fonte não cessasse nas fases recessivas da economia mundial, através da conta de capitais. Na ausência dessas condições (economia integrada do ponto de vista comercial e financeiro), alguns países que também se orientaram segundo o modelo de desenvolvimento voltado para fora não lograram os mesmos resultados que seus pares integrados.

No caso dos processos de desenvolvimento dos EUA e da Alemanha afirma-se que incidiram centralmente na conformação de poder entre os países. Essa mudança de posição hierárquica se deu na vigência de um padrão monetário ainda centralizado na moeda inglesa, a libra. Contraditoriamente é a liderança decorrente do controle sobre a moeda de reserva internacional e, por extensão, das finanças mundiais que permitiram o desenvolvimento do sistema financeiro nacional americano e alemão. Nesses dois países, o desenvolvimento industrial ocorre sob o protecionismo estatal.

O tabuleiro do comércio e das finanças internacionais se organizava da seguinte maneira: os novos países industriais mantinham superávits comerciais, inclusive porque seu mercado doméstico era fechado, com a Inglaterra, que financiava seu déficit comercial através das demais contas do balanço de pagamentos. Além disso, para os ingleses havia a Índia e outras colônias com as quais mantinham elevados superávits comerciais e exerciam controle das relações comerciais e financeiras.

A expansão americana e alemã ocorreu no momento em que dada a acumulação de recursos em seus territórios se permitiam competir com o capital inglês financiando a aquisição dos bens industriais que produziam, garantindo dessa forma, a produtividade de suas indústrias nascentes mediante expansão dos mercados.

A ascensão alemã e americana em detrimento da hegemonia inglesa, no século XIX, em que pesem todas as circunstâncias que lhes foram peculiares, demonstra que por mais amplo que possa ser o poder da economia central, este não cerceia de forma absoluta as possibilidades de desenvolvimento de economias concorrentes.

A transferência do núcleo da economia mundial da Inglaterra para os EUA, ao desfazer a complementaridade com a periferia, dado o baixo coeficiente de importações americano, naquele período, limita o crescimento dos países ancorados no modelo de desenvolvimento voltado para fora. Além disso, o esgotamento desse arranjo também é resultado de crises, que desmantelam a integração financeira entre os países centrais e periféricos, envolvendo tentativas de restabelecer o padrão ouro-dólar após Primeira Guerra.

Essa engenharia envolvendo países centrais e periféricos pode ser novamente identificada a partir do pós-guerra, já na vigência do padrão ouro-dólar, na reconstrução da Alemanha e do Japão, a partir dos interesses estratégicos dos americanos, que favorecem a construção de economias regionais, incorporando as demais economias dessas regiões. Veja-se, ainda, os diversos casos de “desenvolvimento a convite” capitaneados pela hegemonia capitalista americana, dado o conflito com a União Soviética, que consistiu em não só permitir, como também promover o desenvolvimento dos países localizados em regiões de maior importância estratégica.

Esse mecanismo permitiu a reconstrução da Alemanha em um projeto associado ao desenvolvimento da Comunidade Europeia, assim como o desenvolvimento a convite do Japão também esteve relacionado à construção de uma dinâmica regional. Coreia do Sul, Taiwan e China também seriam posteriormente alvos da estratégia americana (MEDEIROS e SERRANO, 1999).

O que essas experiências parecem demonstrar é que o foco no desenvolvimento econômico por parte das nações está atrelado a uma determinada organização das relações internacionais que o favoreça. Em todas essas situações, a arquitetura montada a partir do sistema monetário está sempre relacionada com determinada conformação do balanço de pagamento entre os países, manifestando a importância da moeda nesse sistema.

Dessa forma, embora as assimetrias, decorrentes do sistema de gestão política interestatal, possam se refletir nas diferenças quanto ao poderio militar ou quanto ao controle sobre o progresso técnico, para os países periféricos, emissores de moeda fraca, atribui-se especial relevância ao sistema monetário internacional em função da percepção de que “o papel dos condicionantes externos aparece de forma objetiva no fato de que os países não

emissores da moeda central têm sempre que enfrentar e resolver seu problema de balanço de pagamentos” (MEDEIROS e SERRANO, 1999). O fato é que essa condição estrutural impõem limites ao financiamento externo do desenvolvimento desses territórios, captados pelos modelos de crescimento com restrição externa.

Mas, aos limites e possibilidades dados pela condição externa relacionam-se os grupos ou coalizões de poder dentro de cada país, aos quais cabe perceber as contradições geradas dentro do sistema em que estão inseridos. Será sempre necessário considerar, desde sempre, a existência de um *status quo* internacional construído pelos países que estão no núcleo desse sistema. Compreender a vulnerabilidade da economia doméstica é questão de domínio interno.

Com o que se pretende afirmar que a realidade das economias periféricas é condicionada pelas políticas das economias centrais e é a partir disso que deve se analisar as condições internas iniciais. Portanto, de um lado, há a estrutura interna e, do outro, mas complementado-a, o condicionante externo. Esclarecidos esses pontos devem ser elaboradas as estratégias políticas e econômicas que reforcem a prioridade nacional, cujas opções são delimitadas pelas alianças de poder internas, decorrentes da apropriação dos canais de expressão e representação política.

4. Condicionantes internos

O conceito de desenvolvimento ilustrado anteriormente não se sustenta sem que se façam considerações a respeito da dimensão interna. Naquele momento enfatizou-se o caráter social do processo de acumulação, que pode ser técnica, mas também representa valores, de tal modo, que a compreensão da dinâmica econômica não pode fugir da forma como se deu e como se altera o processo social.

Ainda que se constate a presença de condicionantes externos, no que diz respeito às estratégias de desenvolvimento, não se pode perder de vista que internamente também há determinantes desse raio de manobra, originalmente delimitado pela geopolítica mundial, que depende dos grupos mais bem situados hierarquicamente na sociedade e que por isso são capazes de subordinar as demandas dos demais agentes.

As categorias principais nesse contexto estão concentradas nos conceitos de hegemonia e ideologia. Esta última é tomada aqui como a base de constituição da sociedade civil. Qual o pressuposto? Qualquer concepção de desenvolvimento - há muitas no mercado, é uma construção ideológica. Cada uma delas correspondente a um conjunto de ideias e valores que pretendem apresentar-se como um simulacro da realidade. Naturalmente, nessa multiplicidade encontram-se posições contraditórias, afinal decorrem dos interesses de agentes diversos.

E de fato, a partir do seu confronto, utilizando-se de elementos de persuasão, em algum momento, determinadas posições conseguem ultrapassar o terreno das ideias e atingir o plano das ações práticas. É nesse instante que as modificações estruturais podem ser realizadas, mas sua permanência exige a conquista da hegemonia.

Brandão (2007b, p. 84) identifica com o conceito de hegemonia um “processo assimétrico em que um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re) desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem”. Para o autor, forças heterogêneas se permitem constituir uma aliança de longa duração com convergência programática a fim de dar coesão aos seus interesses, o que implica em torná-los universais dentro do território em que estão inseridos. No mesmo sentido, Cano (2000, p. 12), analisando a realidade brasileira, chama atenção para as “sequelas da violência, do autoritarismo civil e militar, da escravidão e da estrutura da propriedade da terra... [que] impregnaram nossas estruturas sociais”.

Portanto, a natureza desse processo tende a ser cumulativa, o que termina por constituir relações de força desiguais, logo, constituindo um caráter permanente àquilo que a princípio seria temporário, dado o conflito das diferentes concepções. Essas interpretações indicam um elevado grau de controle de um único bloco de poder que tende a conservar determinada estrutura produtiva e social no espaço que se queira delimitar. Ainda que apontem para um nível de irreversibilidade, reafirmam a importância das estruturas históricas e o sentido de sua permanência.

Mas, antes disso, Myrdal (1972) já propunha um conceito que captava essa tendência à rigidez das determinações estruturais ao sistematizar a ideia de círculo vicioso através do conceito de causação circular cumulativa, no qual chamara atenção para a “constelação circular de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza” (MYRDAL, 1972, p. 32). A tentativa é propor um “método mais objetivo de análise da mudança social... [no qual] o processo social tende a torna-se acumulativo e, muitas vezes, a aumentar, aceleradamente, sua velocidade”.

Em que pese a tendência de que tal estado de coisas permaneça inalterável, Myrdal procura observar que existe a possibilidade de que esse processo social pode ser revertido mediante mudanças exógenas e que a atuação política planejada pode ser utilizada com a intenção de sustar o movimento cumulativo. A mudança em qualquer fator que afeta o círculo vicioso poderia modificar os demais fatores e assim desencadear:

[...] um processo acumulativo de interação mútua, no qual a mudança em determinado fator seria, continuamente, apoiada pela reação do outro. Assim sucessivamente, de forma circular, todo o sistema se moveria na direção da mudança primária, de maneira cada vez mais ampla. Mesmo que o impulso original cessasse, depois de algum tempo, ambos os fatores teriam se alterado para sempre (...). A melhora de qualquer um deles [fatores] tenderia a ser seguida pela de todos os outros e assim direta ou indiretamente provocaria modificação cumulativa, com novas repercussões” (MYRDAL, 1972, p. 39).

Disso deriva a conclusão de que se a história tem alguma importância, o passado não deve se constituir na explicação eterna para o atraso presente e futuro ou, no fator limitante do desenvolvimento *ad infinitum*. Essa suposição implicaria crer numa inércia social absoluta que impediria o processo de transformação estrutural. Ainda que o desenvolvimento não seja a regra - no sentido, de que, nem todos os países estão invariavelmente fadados a alcançar níveis de satisfação e bem-estar socioeconômico elevados, é possível verificar naqueles países que se desenvolveram um processo de transição de estruturas arcaicas para uma configuração social mais desenvolvida, igualitária ou mesmo justa.

Neste ponto, talvez seja justo recuperar outra contribuição de Furtado (1961) ao refletir sobre a superação da estrutura colonial da economia brasileira. Observa-se a presença de dois movimentos que ocorrem naquele momento: de um lado, o deslocamento do centro dinâmico da economia para o setor industrial; do outro, a transferência dos centros de decisão. Esse último ponto reflete as distintas visões internas sobre inserção da economia local em relação à economia mundial.

O conceito de centros de decisão está relacionado às relações de força entre as classes dirigentes do país. Especificamente, opunham-se classes ligadas ao setor externo, “afeitas a racionar em termos de economia de exportação de produtos primários”, e do outro lado, os líderes industriais, defensores das “indústrias ligadas ao mercado interno”, que na visão de Furtado gozariam de um “elevado grau de autonomia”. Por fim, chama atenção para o Estado, o “principal centro de decisões”, ao qual atribui “papel básico na consecução do desenvolvimento”.

Embora essa visão pareça um pouco carregada ao atribuir um caráter excessivamente “iluminista” a ser desempenhado pelo setor industrial e ao ignorar a possível cooptação do

Estado por esses grupos de interesse, permite-nos extrair duas considerações quanto às estratégias de desenvolvimento.

A primeira, mais geral, consiste em negar qualquer voluntarismo quanto ao alcance do desenvolvimento, na medida em que demonstra a necessidade de atuação de um agente capaz de transformar a estrutura produtiva. Na obra de Celso Furtado, de modo geral, demonstra-se o fato de que o subdesenvolvimento não consiste numa etapa do processo de desenvolvimento, portanto, não haveria nenhuma razão para supor que espontaneamente os países subdesenvolvidos alcançariam, no futuro, os padrões das economias avançadas.

A segunda questão, essa mais cara à elaboração deste trabalho, é indicar que a trajetória de desenvolvimento de um país, ainda que condicionada por fatores externos, está atrelada ao jogo de forças entre os grupos internos de poder e sua capacidade de ser orientador das políticas econômicas do Estado. Isso porque são esses centros de decisão que podem ampliar as possibilidades geradas a partir dos conflitos existentes no núcleo do sistema interestatal. Ou seja, dada a existência de certo grau de raio de manobra, ao abrirem-se as “janelas de oportunidade”, a partir do centro do sistema interestatal, pode-se através das políticas de desenvolvimento, definidas pela articulação entre o núcleo do sistema e os centros internos de decisão, promover progressivamente um alargamento do raio de manobra inicial.

A importância do conceito de centros internos de decisão é que capta toda a discussão inicial sobre o perfil ideológico do desenvolvimento ao que se fez referência quando se discutiu a sua própria definição. As questões relativas à apropriação do excedente, ao processo de acumulação, ao desenvolvimento das forças produtivas estão incorporadas nos centros de decisão porque este reflete a realidade social tanto como uma estrutura, que tem um maior sentido de permanência, quanto como um processo, portanto, dinâmico, passível de transformação.

Em todo caso, esse círculo vicioso apresenta, conforme Myrdal, elevada cumulatividade, de modo que o atraso persistente e duradouro amplia as dificuldades de rompê-lo. Mas, ainda que se tenha em conta a persistência e irreversibilidade na constituição desses núcleos de decisão e, até mesmo, da própria situação do atraso econômico, é exatamente do seu enfrentamento a partir de possíveis brechas, que derivam a transferência dos centros de decisão.

5. Considerações finais

A reversão do quadro mais otimista quanto ao comportamento da economia brasileira não pode relegar a um segundo plano as questões referentes do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, enfatizamos algumas questões que consideramos permanente nas discussões de políticas de longo prazo, concentrando-se no que se denominou como condicionantes a esse processo. Estes foram apresentados em duas dimensões (externa e interna), embora não excludentes.

A origem externa do processo de desenvolvimento toma como ponto de partida o fato de que os países estão inseridos em um contexto de disputa interestatal a fim de conquistar ou manter posições de proeminência, que implicam em acúmulo de riqueza e poder. Desse modo, o desenvolvimento corresponde sempre a uma construção que nunca termina, o estado de competição é permanente, mas em que as forças tendem a ser desiguais. Essa desigualdade decorre do fato de que esse sistema é caracterizado pela presença, basicamente, de dois tipos de economias: centrais e periféricas, o que denota um caráter assimétrico quanto à sua atuação. São os países centrais os grandes gestores desse sistema e como tal, decorrente do processo competitivo em que estão inseridos, podem fornecer aos países periféricos um raio de manobra inicial que lhes permitir ultrapassar a fronteira do atraso econômico.

Países periféricos tenderiam a uma posição subordinada, cujo raio de manobra seria derivado das possibilidades abertas em função das disputas e estratégias definidas a partir dos países centrais e que podem ser aproveitadas ou recusadas, mas agora em função da dinâmica interna. A suposição é que internamente também haverá de se estabelecer uma rivalidade entre distintos grupos de interesses, que tentarão se impor como hegemônicos, controlando os centros internos de decisão a fim de determinar o tipo de estratégia política a ser adotada pelo Estado Nacional.

Nesse ponto ganha relevo, a noção de que não são exatamente as necessidades materiais que impõem uma nova dinâmica produtiva, mas que está é, na realidade, o resultado das escolhas políticas internas. O que torna a obtenção dos canais de representação política como elemento fundamental na elaboração de estratégias de desenvolvimento.

A superação do atraso passa, necessariamente, por mudanças nas relações estabelecidas entre o poder político, as instituições e as estruturas materiais internas ao território. Qualquer brecha na disputa interestatal que signifique a abertura de “janelas de oportunidade” só viceja se as condições internas assim o permitirem.

Eis aí um grande desafio para as regiões periféricas visto que nações atrasadas tendem a carregar historicamente as sequelas do seu passado, em que práticas arcaicas tendem a “contaminar” suas diversas estruturas, gerando um processo cumulativo de atraso econômico, que o torna mais difícil de ser rompido. O desafio do desenvolvimento passa, então, por um momento desestabilizador em que as forças pela continuidade e pela ruptura terão que se confrontar. Mas, mesmo essa conquista interna poderá não ser exitosa, pois o ponto de partida sempre recai sobre o conflito interestatal porque dele deriva a autonomia do governo central em promover aquelas políticas que favorecem o desenvolvimento e que ampliam, na medida em que são adotadas, a sua própria autonomia.

Reconhece-se que muito do que foi afirmado não se constitui em uma criação original. E como objeção ao trabalho pode-se, por exemplo, apontar que as categorias indicadas foram elaboradas para uma análise histórica específica, o que comprometeria sua força explicativa no contexto atual. A pergunta a ser respondida seria então: os impasses do subdesenvolvimento são radicalmente opostos ao que foram no passado?

As condições podem ter sofrido algumas modificações. Observam-se discursos que apontam para uma nova realidade materializada nas transformações da economia mundial. A partir de algo denominado como terceira revolução industrial incorpora-se elementos tais como: mundialização capitalista; financeirização da economia mundial; produção intensiva em informação e conhecimento que, por sua vez, se dissemina de maneira muito mais intensa em função dos novos instrumentos de comunicação desenvolvidos a partir de uma forte aceleração tecnológica etc.

Mas esse suposto novo cenário tem muito de idealização quanto as possíveis mudanças, de fato, daqueles que seriam os desafios do desenvolvimento. Do ponto de vista histórico, o Brasil conseguiu integrar economicamente seu território; se industrializou; desenvolveu uma infraestrutura complexa etc. Mas, ao mesmo tempo, é possível identificarmos uma frustração histórica entre aquilo que pretendia ser e o que veio a se tornar. Talvez para amenizá-la há quem queira negar a aplicação da concepção “centro-periferia”, isso porque, supostamente, não seria possível aplicar aos antigos países periféricos a mesma denominação de outrora. Mas não se pode afirmar que tenham conquistado as características determinantes daqueles países denominados centrais na elaboração fundadora do sistema centro-periferia.

Mas como o trabalho dos analistas consiste em conciliar a observação da realidade histórica com o entendimento das estruturas, tão ou mais importante do que apontar os novos dilemas, talvez seja identificar o quão as contribuições teóricas do passado continuam válidas. Assim, indica-se: o sistema internacional continua sendo de natureza competitiva, continua

gerando desigualdades; internamente, a disputa ideológica em função da definição do tipo de estratégia de desenvolvimento não deixou de operar. Conclui-se, portanto, que os condicionantes apresentados permanecem obstáculos básicos para a realização de trajetórias de desenvolvimento bem sucedidas.

6. Referências

ARRIGHI, G. (1996). *O longo século XX*. São Paulo: UNESP.

_____. (1997). *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.

BARBOSA, Nelson e SOUZA, José A. P. (2010). A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: Sader, E. e Garcia, M. A., *Brasil entre o passado e o futuro*, Ed. Boitempo.

BASTOS, P. P. Z. (2012). A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, v.21, nº especial.

BASTOS, C. P. e BRITTO, G. (2010). Introdução. In: AGARWALA, A. e SINGH, S. P. A *Economia do Subdesenvolvimento*. 2º ed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado.

BHERING, G.; CARVALHO, L. e PIMENTEL, D. (2015). *Uma contribuição para o debate sobre a desaceleração recente da economia brasileira a partir de três fatos estilizados*. IE/UFRJ, mimeo.

BIELSCHOWSKY, R. (2014). *O social-desenvolvimentismo nos governos Lula e Dilma: um balanço*, IE/UFRJ, mimeo.

BRANDÃO, C. A. (2007a). Celso Furtado: sistema teórico-analítico aberto e compromisso com a (n)ação. *Revista Economia Ensaios*, v.20, p.53–68.

_____. (2007b). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora Unicamp.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. (2001). Incompetência e *confidence building* por trás de 20 anos de quase-estagnação da América Latina. *Revista de Economia Política*, v. 21(1), p.141-166.

_____. (2007). *Macroeconomia da Estagnação*. São Paulo: Editora 34.

_____. (2009). *Mondialisation et Compétition*, Paris: La Découverte.

CANO, Wilson. (2000). *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Unesp.

CHANG, Ha-Joon. (2004). *Chutando a Escada. A Estratégia do Desenvolvimento em Perspectiva Histórica*. São Paulo: UNESP.

DINIZ, Eli. (2007). Globalização, Estado e Desenvolvimento: dilemas do Brasil no novo milênio. In: DINIZ, Eli (org.). *O pós-consenso de Washington: Globalização, Estado e governabilidade reexaminados*. Rio de Janeiro: FGV.

FIORI, J.L. (1999). De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J.L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.

_____. (2007). Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, J.L. (org.). *O poder americano*. 3º ed. Petrópolis: Vozes.

_____. (2008). O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, J.L., Medeiros, C.A. e Serrano, F. *O mito do colapso do poder americano*. Rio de Janeiro: Record.

FIORI, J. L. e MEDEIROS, C. A. (orgs.). (2001). *Polarização Mundial e Crescimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

FRANCO, Gustavo. (1998). Inserção externa e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, vol. 18, nº 03, p.121-147, jul-set.

FURTADO, C. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.

_____. (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

_____. (1986). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 9 ed. São Paulo: Editora Nacional.

_____. (1992). O subdesenvolvimento revisitado. *Revista Economia e Sociedade*, vol. 1, ago. p. 5-19, 1992.

_____. (2008). *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.

JESSOP, B. (2002). *The future of the capitalist state*. Inglaterra: Polity.

MARTINS, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.

MEDEIROS, C.A. (2001). Rivalidade estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: FIORI, J.L. e MEDEIROS, C.A. (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes.

MEDEIROS, C.A. e SERRANO, F. (2009). Padrões monetários internacionais e crescimento. In: FIORI, J.L. (org.) *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes.

MYRDAL, G. (1972). *Teoria Econômica e regiões subdesenvolvidas*. 3º ed. Rio de Janeiro: Saga.

PAIVA, A. P. (2008). Outra agenda para a economia. *Valor Econômico*, São Paulo, 15 agos. Caderno Eu & Fim de Semana, p.4.

POCHMANN, M. (2009). Introdução. In: SICSÚ, J. e CASTELAR, A. (orgs.) *Sociedade e Economia: Estratégias de Crescimento e Desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2009.

RODRIGUEZ, Octavio. (2009). *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SERRANO, F e SUMMA, R. (2015). *Aggregate demand and the slowdown of Brazilian economic growth in 2011-2014*. IE/UFRJ, mimeo.

_____. (2011) *Política Macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira dos anos 2000*. IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB).

SICSÚ, João; DE PAULA, L. F. e MICHEL, Renaut (orgs.). (2005). *Novo Desenvolvimentismo: Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*. São Paulo: Editora Manole/Konrad-Adenauer.

STIGLITZ, Joseph E. (2002). *A globalização e seus malefícios*. São Paulo: Futura.

VIEIRA, C. A. C. (2007). Celso Furtado: notas sobre a formação nacional e as conexões entre dependência e desenvolvimento. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, ano 10, nº 21, p. 35–57.

WALLERSTEIN, Immanuel. (1995). *Após o Liberalismo - Em busca da reconstrução do mundo*. Petrópolis: Editora Vozes.